

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

***ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À
INFÂNCIA DE SURUBIM***

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES.***

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31.12.2021 e 31.12.2020.**

ÍNDICE

	Página
I – Considerações Iniciais	02
II - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	04
III - Demonstrações contábeis	
• Balanço Patrimonial	07
• Demonstração do superávit(déficit)	08
• Demonstração das mutações do patrimônio líquido	09
• Demonstração dos fluxos de caixa	10
• Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Recife (PE) 21 de julho de 2022.

Aos

**Associados e Administradores da
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM**
Recife (PE)

Atenção da Senhora **Maria Irene Ferreira Lima**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

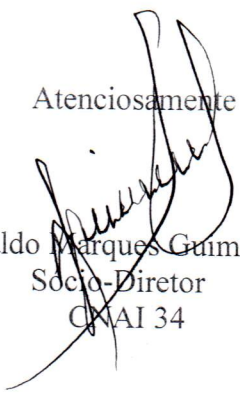
Nos termos de nossa carta-contrato, firmada com V.Sas., examinamos o balanço patrimonial da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM, levantado em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa com as notas explicativas, tendo sido o nosso relatório datado em 20 de julho de 2022.

Este relatório, para melhor entendimento, foi elaborado em 02 (duas) partes:

- Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis*
- Apresentação das Demonstrações Contábeis*

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a cooperação e cortesia que nos foram dispensadas pela administração e funcionários da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM com as quais mantivemos contatos no decorrer dos nossos trabalhos.

Atenciosamente


Arnaldo Marques Guimarães
Sócio-Diretor
CMAI 34

*RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS*

Aos

Administradores e Acionistas

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM

Recife (PE)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM, que compreendem o Balanço Patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido, levantados em 31 de dezembro de 2021, correspondentes ao exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.


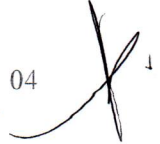
Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

 04 

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultado de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditorias obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Outros assuntos

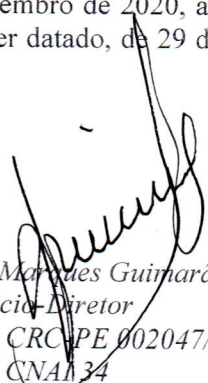
Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

As demonstrações referentes ao exercício findado em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por nós, com parecer datado, de 29 de junho de 2021 sem ressalvas.

Recife (PE), 21 de julho de 2022.



CRC-PE 376/O-2
CVM nº 5312


Arnaldo Moraes Guimarães
Sócio-Diretor
Contador CRC/PE 002047/O-6
CNAI 34

www.22

05

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Valores em Reais (Sem centavos)



	Nota	2021	2020
ATIVO			
Circulante			
● Caixa e equivalentes de caixa	4	5.514.934	6.628.935
● Contas a receber		1.829.877	2.299.337
● Adiantamentos		92.331	72.715
● Impostos a recuperar		10.707	10.703
● Estoques		318.166	181.166
● Seguros a apropriar		2.772	1.810
		7.768.788	9.194.667
Não circulante			
● Realizável a longo prazo		1.000	1.000
- Aplicações financeiras		5.996	5.996
- Depósito judicial			
● Imobilizado	5	3.061.627	1.795.430
		3.068.623	1.802.426
TOTAL DO ATIVO		10.837.411	10.997.093
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
● Fornecedores		408.378	243.124
● Empréstimos e financiamentos	6	499.077	371.030
● Obrigações tributárias	7	177.893	170.088
● Obrigações tributárias - parcelamento	8	50.195	50.316
● Obrigações sociais	9	2.049.626	2.059.645
● Outra obrigações		236.675	62.538
		3.421.844	2.956.742
Não circulante			
● Empréstimos e financiamentos	6	4.161.157	3.600.735
● Obrigações tributárias - Parcelamentos	8	313.492	314.668
● Receitas Diferidas		222.868	-
		4.697.517	3.915.403
Patrimônio líquido			
● Patrimônio social		671.681	671.681
● Reserva de Subversão		970.075	970.075
● Superávit (déficit) de exercícios anteriores		2.483.193	938.320
● Superávit (déficit) do exercício		(1.406.899)	1.544.873
		2.718.050	4.124.949
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.837.411	10.997.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT(DÉFICIT)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Valores em Reais (Sem centavos)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita Operacional Bruta		
• Convênios SUS (Receita pública)	16.955.009	22.495.817
• Convênios privados(Receita privada)	100.090	164.693
• Convênio	5.442	3.976
• Doação de pessoas físicas	<u>11.873</u>	<u>3.800</u>
Receita bruta	17.072.414	22.668.286
Custos hospitalares	<u>(16.957.946)</u>	<u>(16.859.751)</u>
Superávit bruto	114.468	5.808.535
(Despesas) receitas operacionais		
• Despesas administrativas	(4.477.500)	(3.535.836)
• Depreciações e amortizações	(231.211)	(315.121)
• Outras receitas	3.511.108	92.224
	<u>(1.197.603)</u>	<u>(3.758.732)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(1.083.135)	2.049.802
Resultado financeiro		
• Despesas financeiras	(504.168)	(544.313)
• Receitas financeiras	<u>180.404</u>	<u>39.383</u>
	<u>(323.764)</u>	<u>(504.930)</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>(1.406.899)</u>	<u>1.544.873</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

10.12.2021



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Valores em reais (Sem centavos)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Atividades operacionais		
Superávit (deficit) líquido	(1.406.899)	1.544.873
Ajustes para reconciliar o Superávit líquido		
- Depreciação/amortização	231.211	315.121
- Ajustes exercício anterior - Absorção prejuízos anteriores	-	-
Superávit (deficit) líquido ajustado	<u>(1.175.688)</u>	<u>1.859.994</u>
(Aumento) Redução de Ativos operacionais		
- Contas a receber	469.460	2.853.950
- Estoques	(137.000)	-
- Impostos a recuperar	(4)	(44)
- Adiantamentos	(19.616)	(4.873)
- Seguros a apropriar	(962)	87
	<u>311.877</u>	<u>2.849.118</u>
Aumento (Redução) de Passivos operacionais		
- Fornecedores	165.254	(130.028)
- Obrigações tributárias	7.805	(7.511)
- Obrigações sociais	(10.020)	287.840
- Outras obrigações	174.137	(84.819)
- Obrigações tributárias - parcelamentos	-	121
- Receitas diferidas	222.868	-
	<u>560.044</u>	<u>65.604</u>
Caixa líquido originado das atividades operacionais	<u>(303.767)</u>	<u>4.774.716</u>
Atividades de investimentos		
- Aquisição de bens p/ Ativo Imobilizado	(1.497.408)	(481.516)
- Baixas bens do ativo imobilizado e reversão da depreciação	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.497.408)</u>	<u>(481.516)</u>
Atividades de financiamentos		
- Aquisição de empréstimos e financiamentos	1.059.499	3.971.765
- Amortização de empréstimos e financiamentos	(371.030)	(3.212.832)
- Amortização Parcelamentos - Lei N° . 11941/2009	(1.296)	(99.214)
Caixa líquido originado nas atividades de financiamentos	<u>687.173</u>	<u>659.718</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.114.001)</u>	<u>4.952.918</u>
Caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	6.628.935	1.676.017
No fim do exercício	5.514.934	6.628.935
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.114.001)</u>	<u>4.952.918</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Handwritten signature and date
10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Valores em Reais (Sem Centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Surubim, também designada APAMI, constituída em 15 de novembro de 1946, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede em Surubim, Estado de Pernambuco e tem por finalidade:

Colaborar com o desenvolvimento do Município de Surubim e para a melhoria da condição de vida sua população e de outros municípios, garantindo a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, e a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema, sem distinção de raça, cor, religião, opinião política e condição social, preservando a autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral, assegurando o direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde, protegendo sempre a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice e até onde lhe permitir as suas finanças, observando sempre, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência do Sistema Único de Saúde expresso na Constituição Federal e na Lei n. 8.080/90.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a legislação societária brasileira Lei nº. 6.404/76 alterada, principalmente, pelas Leis nº. 11.638/07 e nº 11.941/09, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as Normas Brasileiras de Contabilidade – aplicáveis às pequenas e médias empresas– NBC TG 1000, e Entidades sem finalidade de lucros –ITG 2002, estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aprovadas pelas Resoluções CFC 1.255/10 e CFC 1.409/12, respectivamente.

Handwritten signature and date: 11/02/22

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Receitas e Despesas

- São reconhecidas pelo regime de competência.

3.2 Contas a Receber

-Compõem o saldo do “Contas a Receber”, recursos dos convênios oriundos de serviços prestados ao SUS – Sistema Único de Saúde e, dos convênios firmados com entidades particulares. A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Surubim - APAMI não constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, incidentes sobre as contas a receber.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

- Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas do encerramento dos exercícios e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4 Estoques

-O valor do saldo em estoque, constante do Balanço Patrimonial se refere a materiais hospitalares e medicamentos utilizados no atendimento exclusivo às atividades da entidade, tais como: Urgência e emergência; ambulatoriais; Internação hospitalar e serviços auxiliares de diagnósticos e terapias. Estão avaliados pelo custo de aquisição que não supera o valor de mercado.

3.5 Imobilizado

- Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, até o exercício findo em 31.12.2021, obedecendo à legislação fiscal.

with 22
/

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Bancos Conta Movimento		
Banco do Nordeste do Brasil c/20195-3	5.375	2.051
Bradesco C/A 7.502-7	1	1
Banco do Brasil S/A C/C nº 4	22.377	-
Caixa Economica Federal C/C 342-8	368.717	777.529
Caixa Economica Federal C/C 492-0	824	518
CEF C/C 1526-4 - UP AE LIMOEIRO	-	2.655.202
Itaú C/C 20.820-0	10	10
	<u>397.305</u>	<u>3.435.311</u>
Aplicação financeira - Liquidez imediata		
BB APLICAÇÃO Nº 3.139-9	144.760	92.926
BANCO DO BRASIL C/A 10.003-X	25.579	10.438
Banco do Brasil S/A C/A 42.150-2 - Convênio	409	-
Banco do Brasil S/A C/A 42.151-0 - Convênio	49.068	-
Banco do Brasil S/A C/A 42.152-9 - Convênio	502	-
CEF C/A 341-8	558.720	-
ITAU APLICACAO Nº 20.820-0	564	215
FIC CAIXA GIRO MPE RF REF DI LP 1.084-0 C/A	45.602	44.279
C.E.F CDB PROGRESSIVO - 492-0	-	1.021
FI CAIXA RENDA FIXA SIMPLES LONGO 342-8	-	136
FI CAIXA RENDA FIXA SIMPLES LONGO 492-0	12	12
BRADESCO C/A 7.502-7 - INVEST FÁCIL	13.849	5.089
CAIXA FI RENDA FIXA SIMPLES LP 1526-4 - UP AE LIMOEIRO	3.697.521	1.002.845
CEF APLICAÇÃO 1555-8 - COVID	0	1.890.115
CAIXA FIC SIGMA REF DI C/C 1084-0	174.303	135.155
	<u>4.710.892</u>	<u>3.182.230</u>
Conta Poupança		
CEF C/P 492-9	881	858
BB C/P 29.325-3 CONV. PROJ.QUALISUS	1.257	1.242
BB C/P 28756-3 Poupança Ouro Diária	404.598	9.295
	<u>406.737</u>	<u>11.395</u>
	<u><u>5.514.934</u></u>	<u><u>6.628.935</u></u>



ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM
5. IMOBILIZADO

	2021		2020	
	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.723.198	(1.126.308)	596.891	675.699
Equipamentos de Informática	274.280	(204.820)	69.460	82.486
Instalações	119.232	(82.226)	37.006	48.929
Máquinas e Equipamentos	3.834.708	(1.564.790)	2.269.918	877.769
Móveis e Utensílios	373.302	(309.701)	63.600	76.633
Veículos	69.690	(69.690)	-	-
Ar Condicionados	91.616	(66.863)	24.753	33.914
Sistema de Comunicação	5.200	(5.200)	-	-
	6.491.225	(3.429.598)	3.061.627	1.795.430

6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

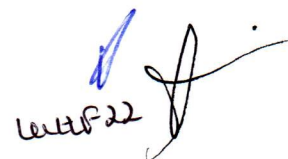
	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
CEF.Contrato 15.1295.610.00000026-59.CP (i)	51.887	-
CEF.Contrato 15.1295.610.00000025.78.CP (ii)	447.189	371.030
Brasil - C/C 3.139-9 COMPENSAR	1	-
	499.077	371.030
Não Circulante		
CEF.Contrato 15.1295.610.00000026-59.CP (i)	1.007.612	-
CEF.Contrato 15.1295.610.00000025.78.CP (ii)	3.153.546	3.600.735
	4.161.157	3.600.735
	4.660.235	3.971.765

(i) - Credor: CEF- Caixa Econômica Federal

- Data de contratação – 17.11.2021
- Montante – R\$ 1.059.499,00
- Tx de juros mensal – 0,87% a.m /Anual: 14,85% a.a.
- Prazo – (10) anos ou 120 meses (10/12/2031)
- Valor da prestação mensal - R\$ 16.552,54-IOF: N incide

(ii) - Credor: CEF- Caixa Econômica Federal

- Data de contratação – 22.12.2020
- Montante – R\$ 3.950.000,00
- Tx de juros mensal – 0,87% a.m. / Anual: 10,95% a.a.
- Prazo – (07) anos ou 84 meses (10.01.2028)
- Valor da prestação mensal - R\$ 66.842,47 - IOF: N incide



ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM

7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

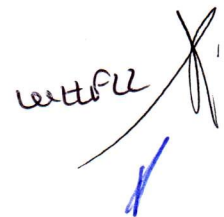
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Obrigações tributárias		
IRRF s/ salários - Cod. 0561	137.605	131.182
IRRF s/ salários - Cod. 0588	34	34
IRRF P. Jurídica - Cod. 1708	3.608	3.680
PIS/COFINS/CSLL retidos - Cod. 5952	11.355	11.568
PIS S/ Folha de Pagamento - Cod. 8301	9.760	13.775
ISS S/ Autônomos	1.369	71
INSS retido a pagar	8.635	5.243
INSS retido a recolher	5.528	4.535
	<u>177.893</u>	<u>170.088</u>

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PARCELAMENTOS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Circulante		
Lei nº 11.941/009		
Débitos previdenciário Ñ. parcelados - Cod. 1233	37.939	38.035
Débitos previdenciário Parc. Remanesc. - Cod. 1240	8.480	8.496
Demais débitos RFB - Saldos remanesc. - Cod. 1285	3.775	3.785
	<u>50.195</u>	<u>50.316</u>
Não Circulante		
Lei nº 11.941/009		
Débitos previdenciário Ñ. parcelados - Cod. 1233	235.996	237.171
Débitos previdenciário Parc. Remanesc. - Cod. 1240	54.009	54.009
Demais débitos RFB - Saldos remanesc. - Cod. 1285	23.488	23.488
	<u>313.492</u>	<u>314.668</u>
	<u>363.687</u>	<u>364.983</u>

A entidade aderiu ao parcelamento dos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, em bases previstas na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

Verificar



ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Obrigações e contribuições a recolher		
Ordenados e salários	596.482	675.021
Contribuição sindical a recolher	36.535	29.017
Autônômicos a pagar	6.075	1.066
	<u>639.093</u>	<u>705.103</u>
Obrigações previdenciárias		
INSS a pagar	55.004	53.333
FGTS a pagar	70.461	85.939
	<u>125.464</u>	<u>139.272</u>
Provisões s/ folha de pagamento		
Provisão Férias	1.181.304	1.116.790
Pis s/Férias	9.276	9.276
FGTS s/ Férias	94.489	89.204
	<u>1.285.069</u>	<u>1.215.270</u>
	<u>2.049.626</u>	<u>2.059.645</u>

10. RENÚNCIA FISCAL

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Isenção	Isenção
Contribuição Patronal Previdenciária	2.030.183	1.879.835
SAT/RAT	297.623	267.923
Terceiros	575.405	517.984
Cofins	508.650	485.319
	<u>3.411.862</u>	<u>3.151.061</u>

Em atendimento à Lei n.º 8.742/93 e suas respectivas alterações, a entidade é isenta no que se refere à cota patronal relativa à contribuição para a seguridade social (INSS) sobre o montante apurado em sua folha de pagamento de funcionários e autônomos assim como os demais tributos. Dispõe-se aqui, como se devido fosse, os montantes que teriam de ser recolhidos caso a entidade não se enquadrasse como uma entidade filantrópico-beneficente de assistência social.



Maria Irene Ferreira Lima
p/p Maria Irene Ferreira Lima
Diretora/Presidente
CPF: 773.767.224-91

Juan Victor Izidio Pedroso
JVIG Contabilidade Ltda
CRC-PE 00967/O-6
Responsável Técnico
Juan Victor Izidio Pedroso
Contador CRC-PE 029020/O-1